

Vale terá de definir destino das florestas

Ivo Ribeiro
de São Paulo

Os novos donos da Vale do Rio Doce têm pela frente a tarefa de encontrar um destino para seus vastos maciços florestais em Minas Gerais e Espírito Santo. São 82 mil hectares de pinus e eucaliptos cultivados pela controlada Florestas Rio Doce (-FRD) que aguardam solução de projetos que lhe dêem um aproveitamento mais nobre. Hoje, esses ativos se resumem, além da pequena fábrica de painéis de madeira da própria Vale, em Itabira (MG), a abastecer usinas de ferroligas, gusa e aço na fabricação de carvão vegetal.

Na empresa, espera-se pelas novas orientações do presidente-executivo da unidade de negócios madeira-celulose-papel, Manoel Horácio da Sil-

va. O executivo foi escolhido na semana passada pelos acionistas da Valepar - CSN, fundos de pensão (liderados pela Previ), Nation Bank e Opportunity. Silva não quer falar sobre seus futuros planos para a unidade de negócios.

A empresa não admite que terá dificuldades para administrar o manejo de suas florestas se não forem encontradas a curto prazo alternativas para seu aproveitamento, em face ao amadurecimento das árvores. Mas, de 1992 para cá, a FRD teve de recorrer a aplicações consideradas menos nobres para desovar a madeira em ponto de corte. Teve de vender para produtores de carvão vegetal. É uma aplicação que foge de seu objetivo original, abastecer de fábricas de celulose e papel.

Os ativos florestais da FRD estão distribuídos em três regiões. Em Minas são 10 mil hectares de pinus em Itabira e 42 mil hectares de pinus (25 mil) e eucaliptos no Vale do Jequitinhonha, concentrados em Grão Mogol. No Espírito Santo ficam 30 mil hectares de eucaliptos de clonagem nobre em São Mateus. "A floresta capixaba é um ativo de valor estratégico. Está próxima das duas fábricas de celulose - Bahia Sul e Aracruz - e dos portos de Portocel e Vitória", informa Celso Castilho de Souza, presidente da controlada.

O principal projeto desenvolvido pela empresa na época de estatal envolvia uma associação com a Terranova, grupo chileno controlado por capital suíço. Porém, fracassou, depois de dois anos de negociações, no

segundo semestre do ano passado, devido ao andamento da privatização da Vale. Os chilenos, quando quase todas as pendências societárias estavam acertadas, preferiram suspender tudo e esperar para ver quais seriam os novos acionistas e que futuro eles iriam dar para essa área.

O empreendimento com os chilenos foi orçado em cerca de US\$ 120 milhões, valor que seria aportado pela Terranova na forma de capitalização da "joint venture". A Vale entraria com 120 mil hectares de área bruta e seus ativos florestais e passaria a deter 50% da nova empresa. O plano previa de três projetos.

O primeiro passo era fazer a expansão da pequena fábrica de painéis colados de Itabira, há dois anos em operação, de 300 para mil metros cúbicos

diários, com investimento mínimo R\$ 5 milhões, já iniciado pela Vale. Outra idéia dos sócios era montar uma serra de grande porte agregada a uma nova unidade industrial de painéis, avaliada em US\$ 20 milhões, ou uma fábrica de madeira de média densidade (-MDF) no Vale do Jequitinhonha, a região mais miserável de Minas, com orçamento de até US\$ 70 milhões.

O terceiro projeto previa a construção de uma fábrica de cavacos de madeira no norte do Espírito Santo, ao lado das florestas de eucaliptos. Essa unidade, cujo investimento foi estimado em US\$ 40 milhões, teria como objetivo suprir fábricas de celulose, como a Bahia Sul (coligada da Vale), no sul da Bahia, e Aracruz, no próprio estado, além do mercado externo. ■

104
28/8/97
e-1